

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoitos, às quatorze horas, reuniram-se na Sala dos Conselhos Superiores as/os seguintes professoras/es: Aparecido Ribeiro de Andrade; Aurélio Bona Júnior; Carlos Roberto Ferreira; Carmem Lúcia Gomes de Salis; Elisa Aguayo da Rosa; Érica Dias Gomes; Márcio André Martins; Maria Paula Costa; Patrícia Carla Gilone de Lima; Ricardo Yoshimitsu Miyahara e Taiana Gabriela Moretti. Justificaram ausência por e-mail as professoras Ana Maria Rufino Gillies; Cibele Krause Lemke; Leonilda Procailo e Wanda Pacheco dos Santos. As/os seguintes professoras/es participaram por vídeo conferência no Campus de Irati: Marcelo Barreto; Maria Angélica Binotto; Nádia Maria Guariza e Mariléia Gärtner. A reunião presidida pela Prof^a. Dr^a. Maria Paula Costa, do Departamento de História do campus Santa Cruz, teve por sua voz o anúncio da pauta de temas a serem tratados na circunstância: a aprovação da ata referente à última reunião do fórum; a tabela de carga horária das licenciaturas; questões referentes à carga-horária de estágio; e BNCC e seus impactos. Isso posto, a primeira pauta, sobre a ata referente à última reunião, teve sua aprovação por todas/os as/os presentes sem alterações. A professora Maria Paula encaminhou a pauta seguinte sobre a carga-horária das licenciaturas. Sabendo-se que agosto é o mês de trabalho em cima da tabela de carga-horária, o fórum recebeu o vice-reitor Osmar Ambrósio de Souza para tratar das possíveis dúvidas sobre a tabela. O professor Osmar começou sua fala ao comentar que desde o ano passado foi instaurada uma nova metodologia para a distribuição de carga-horária aos cursos. Essa nova metodologia visa atender novas demandas do Governo, afinal, antes de dois mil e dezessete era possível operar com a variante de duas mil horas para onze mil horas. Ao fim de dois mil e dezessete, o Tribunal de Contas do Estado alterou a operação e determinou um decreto autorizativo de apenas dez mil horas. Por isso, houve o aprimoramento da metodologia para condicionamento proposto. Assim, docentes PqC deviam cumprir dez horas-aula e docentes PqI, quatorze horas-aula, com condição de departamentos não poderem extrapolar a carga-horária destinada. A planilha, no entanto, comenta o professor Osmar, precisa de ajustes, considerando algumas premissas. Entre essas premissas, a necessidade de cálculo real de necessidade de horas, a necessidade de considerar a suposição de dez mil horas, o cálculo baseado em PqC oito e PqI doze, e, não considerar o curso de medicina no cálculo. Ainda é preciso lembrar que para o ano de dois mil e dezenove ainda não há decreto autorizativo. Ainda, havia a regra de que dentro da carga-horária a pós-graduação era computada a parte, e que, agora, como comenta o professor, passa a ser computada dentro da carga-horária comum. Todas

essas condições já demonstraram fatores de impacto, como, por exemplo, muitos departamentos com muita dificuldade de adaptar a carga-horária, alguns departamentos com relativa dificuldade de adaptação e outros departamentos com adaptação e carga-horária em sobra. O professor ainda comentou que a planilha será apertada para o ano de dois mil e dezenove, mas que a planilha já está concluída e encaminhada ao Conselho Superior Universitário. O professor Aparecido pediu a palavra para considerações e comentou sobre sua inquietação diante das reelaborações do MEC e da proposta de carga-horária destinada para a extensão e questionou o professor como a Comissão vê tais situações. O professor Osmar reiterou que a questão da nova matriz curricular deve ser analisada com atenção e que quando o Estado perguntou sobre a discrepância entre as duas mil horas alargadas para onze mil horas, antes do ano de dois mil e dezessete, a universidade precisou buscar em leis as justificativas. Após esse processo, notou-se que as dez mil horas disponíveis não apontavam critérios e que a resolução do Conselho dificilmente será absorvida pelo Estado. O professor também assumiu sua preocupação com dificuldade de cumprimento da carga horária. O professor Aparecido pediu a palavra mais uma vez para comentar sobre a insegurança de dez mil horas cobrirem as necessidades reais. Comentou ainda que notava disparidade no índice de esforço entre departamentos, já que há discrepância entre os índices de esforço das licenciaturas e outras áreas. O professor Osmar em seguida, comentou que se alterou o índice de esforço para que houvesse ajuste de equilíbrio, e que as dificuldades encontradas mostram a necessidade de atenção da universidade com as licenciaturas. A professora Maria Paula perguntou em seguida, se está definida a distribuição de PqC em oito e PqI em doze, de fato, pois há questões pertinentes em relação ao estágio que tem carga-horária definida em oito e, por conta dessa definição, professores sem experiência optam pela disciplina apenas pelo interesse nas oito horas, ou seja, é preciso pensar sobre a viabilidade pedagógica também e considerar para além dos números. Ainda lembrou a professora a questão da divisão de turmas no estágio, que esbarra na carga horária do departamento, e, nesse sentido, por extrapolar a carga-horária do departamento, perde-se o pedagógico, o que aponta para a economia das horas, mas não se trata do impacto pedagógico nos cursos. O professor Osmar comentou que é preciso ver em dois mil e dezenove a busca dos quinze por cento perdidos para a organização plena. A professora Érica questionou sobre a distribuição ser feita entre oito e doze, mas, se o governo cortar, deve haver algum novo procedimento. Para essa inquietação, o professor Osmar explicitou que a resposta não depende de sua fala, mas

do Conselho Universitário, portanto, assim que decidido no Conselho, já é possível a distribuição. Não havendo mais questões e/ou comentários, o professor Osmar encerrou sua participação na reunião e se colocou à disposição para eventuais dúvidas. A próxima pauta foi indicada pela fala da professora Maria Paula, a respeito da carga-horária da disciplina de estágio. Como combinado, a pauta se tratava de retomar o processo para eventuais problematizações nos próximos encontros. Para isso, a professora Maria Paula passou a palavra à professora Carmem, que iniciou apontando o processo protocolado pela professora Marquiana que continha uma súmula de todas as discussões anteriores no Fórum das Licenciaturas. As reivindicações do documento foram apontadas sendo a ausência de acompanhamento do estágio, ausência de coordenação de locais de campo, ausência de subsídio e computação de carga-horária. As reivindicações foram para a criação de coordenador institucional, atribuição de carga-horária de uma hora aula para cada orientação de estágio, subsídio de deslocamento, limite de no máximo dezesseis estudantes para cada turma. Tal processo foi ao CEPE, aprovado com importantes reflexões e encaminhado à PROEN para medidas devidas. Nesse ponto, a professora Nádia perguntou se haveria apenas um coordenador institucional de estágio para todos os campus e se houver número maior de estágio, o que é possível realizar. A resposta da professora Carmem foi que o documento define um coordenador apenas, mas que é viável a reivindicação de um coordenador por campus, assim como o adendo para aumento de turmas. O professor Márcio acrescentou que para isso basta acrescentar e encaminhar com memorando e continuidade ao trâmite. A professora Maria Paula encerrou a pauta recomendando a discussão do estágio nas próximas reuniões e a professora Nádia pediu o encaminhamento do trâmite para discussão na próxima reunião. Na sequência, o professor Aurélio teve a palavra para apontar as discussões da BNCC e seus impactos. O professor Aurélio se apresentou como representante da UNICENTRO na audiência pública sobre a BNCC. Suas considerações é de que o Ensino Médio tem maiores reformulações que o Ensino Fundamental e carrega maior impacto. Sua participação permitiu perceber o descontentamento quase unânime. A proposta define as disciplinas de português e matemática como obrigatórias e torna outras disciplinas optativas. Com isso, diminui-se a quantidade de horas e o restante livre se torna situações de trabalho com orientação de pessoas com notório saber. Aurélio comentou que o governo não tem a menor estrutura para realizar tal proposta e isso fica expresso com o pedido de demissão de Cesar Callegari. O professor Aurélio ainda comentou sua participação em um simpósio sobre a BNCC realizado na UFPR,

em que um dos pesquisadores presentes demonstrou como o discurso de que não há orçamento, ou seja, a educação fica restrita às condições de prioridade. Esse discurso se atrela na América Latina com pressões internacionais para a reformulação da Base Nacional Curricular, que a torna mais ligada às demandas do mercado, tira a noção do ensino como direito e impõe habilidades e competências no ensino. Os resultados dessa discussão é que a BNCC como proposta é um documento normativo, que não contempla as realidades diversificadas e que não é basilar, pois se coloca já como currículo. Além disso, há discrepâncias e contradições entre o discurso apresentado e o conteúdo do documento. Esses problemas apresentam um desafio às licenciaturas que formarão profissionais autônomos em nível superior para trabalhar em nível técnico. O professor Aparecido perguntou se aqui no Paraná as propostas da nova BNCC já estariam em pleno desenvolvimento de execução em que o professor Aurélio apontou que já há sim uma forte articulação no Paraná com alterações das diretrizes em função da BNCC. O professor Carlos comentou não estar atencioso à questão da BNCC, pois entende que esse andamento depende dos resultados das eleições presidenciais. Só após isso, seria possível ver em que medida as discussões são possíveis. Aurélio concordou com essa consideração, mas ressaltou a importância de ocupar espaços, agir em sala de aula e conhecer os documentos em trâmite. A professora Maria Paula reforçou a importância de conhecer tais documentos. Também foi solicitado aos presentes se tinham trazido as propostas para o Projeto Entre Docentes e retomou o objetivo deste Projeto. Como alguns tiveram dificuldade junto aos departamentos, foi solicitado que enviassem por e-mail até dia 15 de setembro. Encerrou a pauta e encaminhou o fechamento da reunião com a proposta de envio de próximas pautas por e-mail, assim como reafirmou que enviará o processo do estágio para que todos possam ler e trazer as demandas de cada departamento. A professora ainda colocou em discussão a possibilidade de alteração do cronograma, já que o dia da semana escolhido para as reuniões está em choque com outros compromissos das/os participantes do Fórum. Maria Paula sugeriu ainda que na discussão do estágio, como pauta da próxima reunião e a possibilidade de convidar professoras/es da disciplina de estágio para participação no Fórum. Nada mais havendo a tratar eu, Jadson Stevan Souza da Silva, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e demais participantes.